O método e a análise histórica do jornalismo[1]

Marialva Carlos Barbosa[2]
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O objetivo do paper é apresentar alguns pressupostos para a construção metodológica de uma história do jornalismo. Partindo do dimensionamento da questão do método, como deve ser genericamente considerado, destaca premissas fundamentais para as análises históricas e particulariza os movimentos que se deve fazer para produzir uma história do jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; história; metodologia.

Introdução

Quando se fala em metodologia, alguns pesquisadores, sobretudo os mais jovens que se iniciam agora na seara da pesquisa, podem pressupor que estamos nos referindo a um ferramental que funcionará como facilitador da sua análise.

Entretanto, a dimensão metodológica não se resume à adoção de processos verificáveis de pesquisa, ou seja, a uma ferramenta para analisar o material empírico. Metodologia pressupõe, antes de tudo, ultrapassar o método de análise relacionando-o à teoria escolhida, com os pressupostos da pesquisa priorizados e que direcionam perguntas que respondem a inquietações. É a inquietação diante das explicações do mundo que produz a possibilidade interpretativa subjacente a qualquer análise.

Partimos, portanto, da presunção de que os fatos não são dados em si mesmo. São construídos pelo pesquisador a partir de perguntas elaboradas por ele e direcionadas ao seu objeto empírico. A partir daí, vai construindo análises em profundidade, recorrendo às bases teóricas pré-existentes e é desta relação entre teoria e empírica, acrescida da escolha da forma de olhar o objeto, que nascem os pressupostos metodológicos.

Os nossos temas, os nossos objetos, as nossas questões, por outro lado, não são neutras, nem são nossas. Estão sempre formatadas a partir de um campo de estudos, de conhecimento, que detém teorias próprias, modelos consagrados ou emergentes, aonde múltiplos atores se movem. E entre esses modelos consagrados, no caso dos estudos da

[1] Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Professora titular de jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Pesquisadora CNPq (nível 2). Vice-presidente da INTERCOM.

comunicação, o passado, certamente, é muito mais um "país estrangeiro" do que um lugar confortável de pesquisa. Voltaremos a essa questão mais adiante.

No caso das nossas análises, o resultado da pesquisa é sempre uma escrita, que é subjacente à direção tomada pela pesquisa, e sobre a qual a inferência, a especulação e o silêncio são também proposições fundamentais.

Há que se considerar, portanto, que nenhum avanço metodológico é possível sem se levar em conta as especificidades do campo, no sentido que atribuiu ao termo Bourdieu (1989), no qual nos movemos. Nesse sentido, construir um arcabouço metodológico para estudar aspectos históricos do jornalismo significa em primeiro lugar considerar as especificidades dos estudos de comunicação em sua longa trajetória. Em segundo, utilizar algumas premissas fundamentais da teoria da história, que podem fornecer pressupostos indispensáveis para se lidar com algo que chamamos passado. E, em terceiro, direcionar o nosso olhar para pensar o jornalismo como um lugar de evidência de uma pesquisa que trata de práticas e processos de homens inseridos em relações de comunicação.

No caso da primeira premissa, significa considerar que nos movemos num campo sujeito a contradições específicas e mutações, a disputas, a lutas simbólicas pela sua instituição e reconhecimento. Considerar o passado é, sobretudo, dialogar com os que antes de nós foram paulatinamente montando o edifício metodológico e teórico de uma área que possui como pressuposto movências. Movências conceituais, movências temáticas, muitas vezes ao sabor de modismos passageiros e que não produzem transformações.

Mas pressupõe também identificar zonas de tensão entre os estudos de jornalismo e os da comunicação, mostrando como se passou de uma nominação a outra e os embates que os dois lugares travam por reconhecimento, incluindo ai a dimensão pretensamente mais prática do jornalismo e mais reflexiva e teórica da comunicação. Em suma, as lutas por representações do jornalismo e da comunicação.

Em relação à segunda consideração, há que se ter em conta que em qualquer análise histórica devem ser considerados instantes de rupturas, que emergem das e nas continuidades. Nesse sentido, a mudança é parte de um processo mais amplo, o que não significa deixar de considerar numa mesma tipologia análises particulares e repetições, para que seja possível perceber os restos que o passado legou ao presente.

Construir história é, pois, fazer o mesmo movimento da "escrita da história". É percebê-la como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e

não ditos. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política.

Ao produzir uma escrita instaura-se o mundo das coisas contadas (RICOEUR, 1996). Ao relatar um acontecimento, ao produzir uma interpretação a história também instaura, tal como faz o texto ficcional, uma narrativa e nela está subjacente o que falamos do mundo. E esse mundo é estranho tanto a quem produz a narrativa como a quem ela se destina. A descrição, por outro lado, faz com que o passado se prolongue. Comentando os fatos ocorridos no passado, vislumbrando a ação humana existente neste passado, prolonga-se o passado no presente.

Outro aspecto que gostaríamos de enfatizar diz respeito à questão das generalizações. Particularizar é um dos princípios orientadores da teoria da história. Ao proceder a uma interpretação, não é possível generalizar conclusões para todos os contextos, já que cada espaço social possui uma conformidade histórica, uma trajetória particular.

A produção da interpretação está, pois, intimamente relacionada à conformação desse espaço social. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois).

Essa visão processual, fundamental em qualquer análise histórica, faz com que seja quase que obrigatório considerar os passos dos que produziram antes de nós. Não podemos deixar de perceber que qualquer pesquisa está submetida ao jugo do inacabamento. Afinal ali também estão expressos, por mais que se esteja cercado dos pressupostos teóricos e da metodologia, como ferramental de análise, a nossa vida, o nosso tempo e o nosso vir a ser.

Mas essa inclusão do si mesmo na pesquisa deve, por uma questão da construção de uma ideia dominante de ciência, produzir, paradoxalmente, o ocultamento do sujeito que narra, ainda que ele esteja ali inteiro no texto que produz. Assim, no texto que produzimos, normalmente, há o ocultamento do sujeito que fala: daí a adoção de normas linguísticas rígidas, entre elas a impessoalidade.

Feita essas considerações mais gerais e considerando ainda a historicidade do próprio campo aonde nos movemos (Jornalismo ou Comunicação? Quais são os diálogos (e as disputas) entre esses dois lugares nominados? Que paradigmas teóricos são subjacentes ao campo? Entre dezenas de outras questões) há que se perceber a dimensão que o olhar histórico possui nesse universo. É ai que entra em consideração a terceira premissa citada anteriormente.

Temos aversão ao passado?

A primeira questão relacionada diretamente aos estudos históricos de jornalismo é a dificuldade da adoção de uma dimensão histórica nos estudos da comunicação de maneira geral, em função da natureza eminentemente presentista das pesquisas.

Ainda que o campo comunicacional tenha se constituído a partir das trocas significativas com outros lugares teóricos, o que é sempre fundamental na construção de qualquer universo teórico, a característica mais contundente dos estudos da área é o presentismo. E isso é perfeitamente explicável: como o que está sob o foco do olhar do pesquisador são processos envolvidos em práticas comunicacionais (considerando a objetivação, mas também a subjetivação), as complexas relações desse mundo que denominamos contemporâneo se sobressaem.

Assim, o passado ocupa um lugar estanho para o universo das pesquisas em comunicação. O passado torna-se de fato "terra estrangeira", como diz David Lowenthal (2010), e lugar de desconfiança instaurado pelo próprio campo.

Isso trás inúmeras consequências para as pesquisas que realizamos. Em primeiro lugar, a prevalência do novo dá a permanente sensação do inacabamento das nossas pesquisas. Estamos sendo superados pelo turbilhão de processos que se sucedem, mas dos quais só enxergamos – a maioria das vezes – a última etapa. Não visualizamos os nossos objetos como inseridos num longo processo de construção.

A segunda consequência é certa recusa em considerar o que foi produzido antes de nós. Como nossa visão é presentista ao extremo, é como se cada pesquisa começasse a cada dia de um grau zero da escrita, nos valendo aqui da bela expressão que dá nome a um livro de Roland Barthes (2004). As outras consequências que podemos apontar diz respeito exatamente à forma como se constituem a maioria das vezes os estudos que designamos como históricos.

Dependentes de uma perspectiva linear e orientada para o futuro, a história que construímos pressupõe também muitas vezes dependência da ideia de recuperação do verdadeiro passado, quando a rigor a história, por ser narrativa e interpretação, está encharcada do verossímil.

Outra consequência é que damos o mesmo peso ao contexto que rodeia os períodos que estudamos e não visualizamos as particularidades dessa história, que afinal não se ocupa de objetos, mas de processos históricos nos quais invariavelmente devem ser pressupostos a humanidade que os acompanha. A história nunca é uma história das "coisas", mas de

homens e mulheres que vivendo juntos produzem o mundo e colocam dentro ele "as coisas".

Nesse sentido, numa história do jornalismo o nosso objeto estrito senso não são os jornais pura e simplesmente, mas os processos complexos que destacam práticas humanas na relação com os meios. A história do jornalismo também não é a do contexto social, político, econômico, em primeiro lugar, e ao qual se soma os periódicos, por exemplo. A lógica deve ser invertida: estudamos a complexa relação entre texto (os nossos objetos empíricos) envolvido por um contexto. Quem deve inverter a lógica da análise são os historiadores e não nós que pensamos a partir do campo da comunicação e da sua historicidade, construída por homens na sua mais completa ação no mundo. Nesse sentido, há um lugar metodológico particular para a construção de uma história do jornalismo.

O perigo do anacronismo e das generalizações

Quando não se pensa historicamente o maior perigo – uma questão extremamente temida por todos que se aventuram na seara histórica - é o anacronismo. Não podemos imputar o nosso conhecimento aos homens do passado, nem achar que os que viveram antes de nós pensavam da forma como pensamos hoje. Há toda uma longa trajetória temporal, repleta de possibilidades de novos saberes, que foi construída do passado até o instante em que nos encontramos hoje e que, absolutamente, os homens do passado não poderiam saber.

Num belo texto em que aborda a questão – "O passado tinha um futuro" – Paul Ricoeur (2001) alerta que é "efeito de uma temível tendência para o anacronismo o fato de projetar sobre o passado o conhecimento que temos hoje dos acontecimentos que ocupam o intervalo que vai entre o acontecimento considerado e o momento em que o examinamos".

Entre essas duas posições temporais, o passado dos homens de outrora e futuro aonde nos movemos, foram construídos todos os acontecimentos que pertencem tão somente ao nosso passado de historiadores, mas que nunca fizeram parte da vida daqueles homens, a não ser como prospecção de um futuro possível (e as vezes desejado). "Anacronismo ainda maior, alerta Ricoeur, é atribuir a esses homens o conhecimento que temos da sequência posterior dos acontecimentos". "Dessa forma é que chegamos a acusar nossos predecessores em nome de um saber que eles não poderiam ter" (p. 377).

Pensar a história do jornalismo é destacar a visão processual das práticas e processos de comunicação envolvidos na ação jornalística num momento e lugar. As generalizações, quase uma premissa da visão dos estudos de comunicação, só são possíveis em história

depois que analisamos o particular. O olhar genérico produz quase sempre descontextualização.

Antes de anunciar outras premissas metodológicas fundamentais para uma história do jornalismo, convém ainda listar ideias que acreditamos serem pertinentes para definir a significação da história e que são indispensáveis para quem se aventura nesse mundo que denominamos o passado.

Em primeiro lugar, a história não é o passado, mas a forma como nos sentimos na duração, como nos visualizamos ao longo de uma trajetória que classificamos com existência num espaço. A história é nossa relação silenciosa ou ruidosa com o tempo. A história indica o nosso aqui e agora, narra o passado como interpretação e nos induz a pensar a possibilidade de futuro. Ao estarmos no mundo somos históricos.

Do nosso presente sempre transitório, olhamos o passado. Assim, o passado existe em primeiro lugar como representação mental a partir do olhar daquele que o descortina. O passado nunca é fixo e é sempre algo transformado pela interpretação.

Outra questão fundamental para uma visão histórica diz respeito à questão do conhecimento. O conhecimento é sempre um valor que se possui das épocas históricas nas quais nos movemos. A história, com afirma Dilthey, é a autobiografia da humanidade. E da mesma forma como ao viver podemos reescrever a história de nossas vidas, também a humanidade está permanentemente participando de um processo de reescrita de sua biografia (HELLER, 1993, p. 107).

Por outro lado, há em todas as épocas históricas conhecimentos malditos, coisas que o homem não precisava saber, coisas que devem ser ignoradas, não sabidas, não consideradas. Em outros tantos momentos, esse mesmo conhecimento maldito se torna alvo de múltiplos olhares. Descobrem-se homens, processos humanos, humanidades. A partir daí um novo conhecimento eclode na cena temporal.

Quais são os definidores metodológicos de uma história do jornalismo?

Como última parte desse texto, apresentamos alguns pressupostos para a produção de uma história do jornalismo, e que estamos denominando como definidores metodológicos. Como qualquer história, a demarcação temporal é o mais essencial de qualquer análise a ser realizada. Seguindo habitualmente as pegadas do tempo calendário, a preocupação numa história que se ocupa de processos comunicacionais no tempo é sempre o de correlacionar esses processos aos contextos históricos e aos contextos particulares de produção desse

universo específico, numa narrativa que mistura materialidades, mediações e plataformas, produzindo um território, no qual o jornalismo ocupa o cerne da descrição, mas que é antes de tudo um território de práticas humanas.

Não mais produzimos uma história governada pela ideia de progresso e também não mais localizamos a redenção no futuro previsível do tempo calendário aonde nos movemos. Produzimos história numa época dominada pela memória e isso trás consequências para a história que contamos.

Uma das possibilidades metodológicas é eleger, no período recortado, momentos axiais desse processo (o jornalístico), colocando em proeminência, por exemplo, a questão das transformações tecnológicas em correlação com o mundo social (BARBOSA, 2013).

Relacionar os modos jornalísticos às características dos contextos que estudamos, mostrando que as tendências na história não são nem lineares, nem unívocas para todos os espaços sociais. O que vale para um espaço certamente não valerá para outro.

Algumas das premissas que elencamos para construir uma história da comunicação no Brasil servem, guardadas as devidas proporções, para pensar metodologicamente a construção de uma história do jornalismo (BARBOSA, 2013).

A primeira delas é que temos que pensar no jornalismo em múltiplas dimensões: como uma prática, como um modo profissional, como um campo de estudos, como um lugar de saber e poder e como parte de um diálogo com o público. Há que se considerar as épocas, os meios (e as materialidades), os processos e as relações humanas. Mais do que uma história que se sucede no tempo e nas tecnologias que colocam em cena outros processos, há que se considerar o jornalismo como processo social no qual estão envolvidas múltiplas práticas humanas.

Assim, ao invés de nos determos exclusivamente nas materialidades (as páginas dos jornais), nas gramáticas (o discurso que profere) e na organicidade (as estruturas empresariais, gerenciais e processos produtivos) há que visualizar, sobretudo, os sujeitos envolvidos diretamente nessa história. A história do jornalismo deve ser também uma história das ações humanas.

Como se dá o processo de produção jornalística no tempo e num universo cultural específico? Quais são os seus atores centrais? Como se constitui a dimensão interna das empresas? Qual a relação dessa dinâmica interna com o mundo exterior? Ou seja, como se dão as trocas entre um universo e o outro e qual o mundo que está em torno? Como o

jornalismo é percebido? São algumas das questões para distinguir e articular os diferentes tempos que se acham sempre sobrepostos nas histórias que contamos.

Há, pois, que considerar numa história do jornalismo a sua dimensão processual e a relação da imprensa (ou do jornalismo) com o mundo social. É fundamental também visualizar essa história como integrante de um processo comunicacional, na qual ganha importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos pelos impressos. Procura-se, enfim, destacar a dimensão histórica de um mundo pleno de significados, no qual se localizam os meios de comunicação.

Portanto, a dimensão interna e a externa devem ser contempladas. Em síntese produzimos uma história dimensionada a partir de um espaço social considerado e que interpreta os sinais que chegam até o presente a partir das perguntas subjetivas e do olhar, igualmente subjetivo, que se pode lançar ao passado.

Como objeto empírico, analisamos sempre vestígios. São os vestígios significantes que chegam até nós que serão objetos de interpretação. Esses sinais significantes podem estar nas páginas dos jornais, nas histórias que são repetidas oralmente, nos documentos esquecidos nos arquivos, nos guardados pessoais de um personagem singular. Mas podem também estar nos textos ficcionais produzidos no passado, em cenas esmaecidas de filmes e de fotografias amarelecidas pelo tempo. Podem também estar nas produções dos próprios meios contemporâneos, nas resignificações que os meios de comunicação, por exemplo, produzem do passado (edições comemorativas, emissões televisivas de caráter histórico, etc.). Para isso é fundamental considerar que histórico é tudo aquilo que do passado chegou ao presente, inclusive as interpretações que foram sendo adicionadas no tempo.

Ou seja, mesmo os textos que não têm valor de documento oficial e que estão dispersos sob a forma sinais variados (textos ficcionais de escritores consagrados ou não; entrevistas de jornalistas; cartas escritas no passado; correspondências que os leitores encaminharam às publicações, etc.) são fontes inesgotáveis para as perguntas que do presente lançamos em direção ao passado. As resignificações do passado podem estar nas imagens publicadas ou não, que se revelam, por exemplo, como indícios de formas e práticas de leituras, induções de sociabilidades compartilhadas nas fímbrias da relação do público com os impressos. Enfim, estão nas páginas dos jornais, nas suas edições comemorativas, no cotidiano das notícias, nos ecos que o passado produz no presente.

Resta ainda uma última palavra sobre o sentido que devemos dar aos textos. É preciso ter em mente que o texto é, sobretudo, uma produção de sentido e não é um mero depositário apreendido a partir da análise dos objetos onde estão expressos.

Ao analisar o texto é preciso visualizá-lo como uma leitura, um ato de construção de sentido, onde há o cruzamento de várias subjetividades - a dos leitores, dos produtores dos textos - e diversas especificidades - dos próprios textos e das formas de materialização desses escritos (CHARTIER, 1990, p. 125-127). Por outro lado, o texto não existe sem a sua própria materialidade (formas de impressão ou manuscrita, por exemplo) que lhe dá o suporte indispensável para a leitura e compreensão. Todo texto depende das formas através das quais chega até o leitor.

Considerações Finais

Para terminar essa exposição gostaria de deixar claro que essas são premissas fundamentais para os estudos históricos que realizo, há mais de 30 anos, do universo do jornalismo e da comunicação. Não é a única forma de pensar os meios (e o jornalismo), mas apenas a que elegi como mais confortável ou que me pareceu mais precisa para analisar esse mundo dentro de uma dada ideia de história pressuposta.

Se por um lado é preciso pensar a história como *epistéme* (conhecimento verdadeiro) que se opõe à *doxa* (simples opinião), é necessário também inserir o aspecto ficcional da narrativa histórica. Quando enfatizamos o aspecto ficcional não se quer dizer que o passado não tenha se dado: o que está se destacando é a característica de relato de um texto escrito por um narrador do presente, inserido num mundo completamente diverso daquele que está interpretando.

Dizer que a história carrega uma textualidade que a faz ficcional, não quer dizer que ela não seja uma ciência, nem que produza um conhecimento menor. Muito pelo contrário.

A história ao estar sempre encharcada de *representância*, no sentido que atribui ao termo Paul Ricoeur, ela tem a outorga para falar do passado e ao abordar o passado o transforma, sempre, no verdadeiro passado (1996, p. 242-243).

Ou seja, há a expectativa de que a história revela o passado e o conhecimento histórico pressupõe um pacto que permite ao historiador descrever situações que existiram antes de sua existência. Cabe a ele, buscar o verdadeiro passado. Mesmo quando o que é narrado pelo historiador é apenas o verossímil, este se transforma na verdade do passado.

Essa cristalização das expectativas da história implica sempre uma relação do texto construído pelo pesquisador com o seu referente, ou seja, aquilo que utilizou para, em certa medida, dar luz ao passado: no caso do texto historio esse referente é o rastro que perdura sob a forma de vestígios, como já enfatizamos.

A tarefa da história não é, pois, recuperar o passado tal como ele se deu, mas interpretá-lo. A partir dos sinais que chegam até o presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação. São esses vestígios, que aparecem como documentos e como ato memorável (no qual está incluída a memória do próprio narrador / pesquisador), que permitem também reconstruir a história do jornalismo.

O que será decifrado, através da interpretação, está sempre localizado no presente. Vendo nesses sinais a possibilidade de conter uma mensagem e atribuindo um valor a eles no presente, produz-se a interpretação indispensável na ação história. Para contar uma história há que existir vestígios, predisposição para ler e a leitura, isto é, a interpretação crítica. A historiografia implica, pois, em leituras de mensagens sobre algo considerado como ausente no nosso aqui agora, a disponibilidade para visualizar nos indícios a mensagem (método) e sua leitura (a crítica). Mas não basta identificar o que ocorreu. É preciso dizer como ocorreu e, sobretudo, por que ocorreu.

Precisamos nos nossos estudos adensar a capacidade interpretativa, respondendo aos porquês essenciais das nossas inquietações. Mas isso já é outra história...

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa** (1900-2000). Rio de Janeiro: MauadX, 2007

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

LOWENTHAL, David. **El pasado es un pais extraño**. Madrid: Acai, 2010.

RICOEUR, Paul. “O passado tinha um futuro”. In: MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol. III. Campinas: Papirus, 1996.